

# A internacionalização das instituições de educação profissional e tecnológica: o Instituto Federal de São Paulo

The internationalization of professional and technological education institutions: the Federal Institute of São Paulo

La internacionalización de las instituciones de educación profesional y tecnológica: el Instituto Federal de São Paulo

Fernanda Boschini<sup>1</sup>

Cynthia Fischer<sup>2</sup>

Sueli Soares dos Santos Batista<sup>3</sup>

---

**RESUMO:** O estudo se constrói fundamentado em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental a partir da experiência de internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), no sentido de compreender os processos institucionais que facilitam a sua viabilidade. O enfoque da descrição e da análise da internacionalização dessa instituição se dá por meio da ação da Assessoria de Relações Internacionais deste instituto, surgida em 2016, em um estudo que se concentra nas políticas e ações estratégicas desenhadas em seus documentos institucionais. Entende-se que, com a publicação da documentação de regulamentação de suas políticas, o IFSP está fortalecendo sua estrutura de internacionalização da educação.

**Palavras-chave:** Internacionalização da Educação. Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de São Paulo.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

E-mail: [fernandaboschini@ifsp.edu.br](mailto:fernandaboschini@ifsp.edu.br) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7601-5960>

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

E-mail: [cynthia@ifsp.edu.br](mailto:cynthia@ifsp.edu.br) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8744-2850>

<sup>3</sup> Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

E-mail: [suelissbatista@uol.com.br](mailto:suelissbatista@uol.com.br) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8126-9615>

**ABSTRACT:** This study is based on bibliographic research and documentary research based in the experience on the internationalization of Professional and Technological Education at the Federal Institute of Education, Science Technology of São Paulo (IFSP), in order to understand the institutional processes that facilitate their viability. The focus on describing and analyzing the internationalization of this institution will be through the action of the International Relations Office of this institute, which emerged in 2016, in a study that focuses on the policies and strategic actions designed in its institutional documents. It is understood that, with the publication of regulatory documentation for its policies, the IFSP is strengthening its internationalization structure for education.

**Keywords:** Internationalization of Education. Professional and Technological Education. Federal Institute of São Paulo.

**RESUMEN:** El estudio se basa en la investigación bibliográfica y investigación documental a partir de la experiencia de internacionalización de Educación Profesional y Tecnológica en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de São Paulo (IFSP), comprendiendo los procesos institucionales que facilitan su viabilidad. El foco de la descripción y análisis de la internacionalización se da a través de la acción de la Oficina de Relaciones Internacionales de este instituto, surgida en 2016, en un estudio que se centra en las políticas y acciones estratégicas diseñadas en sus documentos institucionales. Se entiende que la publicación de la documentación regulatoria de sus políticas, el IFSP está fortaleciendo su estructura de internacionalización para la educación.

**Palabras clave:** Internacionalización de la educación. Educación Profesional y Tecnológica. Instituto Federal de São Paulo.

---

## Introdução

---

A internacionalização da educação tem sido tratada amplamente nos documentos internacionais a partir de normativas e diretrizes que têm impactado diretamente nas políticas de internacionalização adotadas por diferentes países. Na perspectiva de Altbach e Knight (2013), para a internacionalização da educação é importante que se entenda o internacionalizar como o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global. Isso exige das instituições estratégias coerentes de ação coordenada.

Há estudos relevantes sobre a institucionalização da internacionalização no ensino superior universitário e destacamos os esforços de compreender esse processo já num contexto de pandemia e consequentes impactos nesse cenário. Referimo-nos a estudos que demonstram e analisam a presença da internacionalização nas universidades buscando refletir sobre seus significados, políticas, ações e desdobramentos em diferentes âmbitos territoriais (Almeida, Pereira & Santos Filho, 2020; Wassem, Pereira & Finardi, 2020).

Esse artigo se debruça sobre a internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em uma instituição pública e verticalizada, que oferece cursos desde o ensino médio até a pós-graduação, ao se identificar uma carência em estudos sobre internacionalização da educação nesta

modalidade de ensino que, historicamente está relacionado às políticas de formação para o trabalho. Como afirma Knight em entrevista concedida a Souza, Abba e Streck (2020), a internacionalização do ensino superior não é apenas uma atividade universitária, sendo igualmente importante para as escolas profissionais e técnicas que tem seus interesses voltados sobretudo ao emprego, à creditação e qualificação profissionais. Esse é um problema central no nosso objeto de estudo à medida que os institutos federais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) foram concebidos como instituições no modelo de universidades tecnológicas caracterizadas pelo desenvolvimento de ciências aplicadas. Estamos empenhados em compreender como diferentes instituições de EPT se organizam frente às demandas atuais de internacionalização, sendo o IFSP uma das instituições estudadas no escopo de um projeto de pesquisa que teve vigência entre julho de 2018 e 2020 com financiamento da Fapesp<sup>4</sup>. Esse projeto procurou apresentar as experiências dessas instituições, possibilitando comparações iniciais entre as suas políticas de internacionalização. Considerando o que aponta Knight em entrevista concedida em 2020, é necessário e possível estudar e mesmo comparar instituições de educação profissional e tecnológica dentro do mesmo país ou mesmo em relação às experiências de diferentes países.

---

<sup>4</sup> Projeto Fapesp Processo 2018/03106-8.

Esse estudo se constrói fundamentado em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental a partir da experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), utilizando-se dos estudos sobre a internacionalização da educação realizados por Midhlehurts e Woodfield (2007) e Ferreira (2017) no sentido de compreender os processos institucionais que facilitam a sua viabilidade.

O enfoque da descrição e da análise da internacionalização dessa instituição se dá por meio da ação nucleadora da Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) surgida em 2016. O estudo se refere às políticas e ações estratégicas desenhadas em documentos institucionais. O corpus documental sobre o qual se debruça esse estudo se constitui dos seguintes documentos (IFSP, 2020): a) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023; b) Portaria nº 1.151 de 07 de abril de 2016 que instituiu a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) do IFSP; c) a Portaria nº 2.567 de 13 de junho

de 2016 que aprovou a criação, institucionalização e implementação do seu Centro de Línguas (CeLin); d) a Portaria nº 4.557 de 11 de dezembro de 2019 que instituiu a sua Política de Internacionalização; e) a Portaria nº 4.722 de 20 de dezembro de 2019 que instituiu a sua Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão; f) a Resolução nº 061 de 04 de julho de 2017 que aprovou o regulamento do Centro de Línguas (CeLin) do IFSP.

Na primeira seção do estudo é apresentado o cenário da internacionalização da educação e os desafios para as instituições de EPT. Na segunda seção, há uma caracterização da instituição lócus da pesquisa e de outras duas instituições pertencentes à mesma rede, inserindo aspectos de seus esforços de internacionalização. Já na terceira seção e seus subitens, são apresentados especificamente o detalhamento do objeto de estudo – a Arinter do IFSP, suas políticas, projetos e avaliação.

## **Os caminhos iniciais de internacionalização da educação para as instituições de EPT**

---

As instituições educacionais estão no centro do debate e as estratégias adotadas para a internacionalização não são homogêneas e unívocas. A internacionalização nas instituições educacionais pode se dar em três estágios (Midhlehurts & Woodfield, 2007). Segundo esses autores, no primeiro estágio, trabalha-se com atividades mais internas, ao buscar essas internacionalizações.

Conforme as ações vão amadurecendo, começam as linhas para pesquisa no sentido de desenvolver o trabalho com uma estratégia internacional de alinhamento, como um segundo estágio. O terceiro estágio é exatamente esse processo que integra os dois primeiros estágios a incorporar na instituição, de uma maneira orgânica, o processo da internacionalização. Entende-se que, esse

estágio sendo alcançado, estratégias como a internacionalização do currículo se tornam viáveis.

Trata-se de um cenário internacional, extremamente competitivo, construído em sincronia com a mercantilização da educação e as exigências de produção de capital humano em escala global. Nesse cenário, o grande desafio das instituições é se internacionalizarem, o que exige estratégias de gestão utilizadas no meio empresarial, mesmo que essas instituições sejam públicas. Na dimensão propriamente gerencial, o plano estratégico, departamento de relações internacionais, estratégias de marketing são algumas das ações que essas instituições, públicas ou privadas, têm adotado para serem consideradas internacionalizadas.

O que é internacionalização, por que internacionalizar e como internacionalizar são aspectos que obviamente variam conforme a instituição e a gestão escolar, mas que possuem alguns princípios comuns. De qualquer forma, a internacionalização da educação é algo mais específico do que defender a promoção da solidariedade entre os países. As instituições, nesse sentido, são *loci* de estratégias relevantes de desenvolvimento não só daqueles que fazem intercâmbio e pesquisas em conjunto com atores de outros países. A internacionalização promove o próprio desenvolvimento institucional das unidades de ensino (Fossatti, Miranda & Moehlecke, 2015).

Em um mundo globalizado onde existe um fluxo contínuo de tecnologia, percebe-se a necessidade de uma preparação adequada. Além da tecnologia que é

inerente à globalização, há trocas relacionadas às questões econômicas, aos conhecimentos específicos, à valores e a ideias. Estes fluxos e trocas são fundamentais para a EPT por estarem diretamente relacionados ao mundo do trabalho. Considera-se que essa necessidade não é só geográfica mediante o fluxo de pessoas, mas se deve também ao uso de novas tecnologias que permitem contatos remotos e intercâmbios *in loco*. Para isso, não são só necessários recursos tecnológicos, mas também o ensino e a aprendizagem de diferentes idiomas, por exemplo, entre outras ações.

Dentro desse universo, faz-se necessário preparar os alunos para atuarem na sociedade da informação de maneira geral. Há que se atingir níveis de excelência em ensino, pesquisa e extensão, além de proporcionar uma formação ampla para os alunos em um mundo cada vez mais complexo. A partir destes fatores, por consequência, surge uma demanda crescente pelo reconhecimento internacional das instituições, tendo em vista que, em um futuro próximo, as certificações de conclusão dos cursos precisarão ser válidas em diferentes territórios.

Pode-se considerar que atualmente as instituições mais reconhecidas tenham ao menos uma política de internacionalização, ainda que para muitas seja uma meta a longo prazo, pois não há a possibilidade de fazer isso em pouco tempo e manter um padrão de qualidade destas ações de internacionalização. Algumas instituições estão se internacionalizando e abrindo novos campus em outros países, em busca do mercado de trabalho regional local e

também do mercado educacional, no caso das universidades privadas.

No Brasil considera-se também que, de modo geral, quando se menciona internacionalização, as pessoas e instituições associam a palavra quase que imediatamente à mobilidade acadêmica, ou ainda, à apresentação de trabalhos de discentes ou docentes em congressos internacionais. Na EPT, pode-se dizer também que não há o hábito de trazer professores estrangeiros para ministrar

cursos ou workshops internacionais, ou ainda até para desenvolver pesquisas *in loco*, como ocorre com mais frequência nas universidades. Nesta modalidade de ensino, percebe-se de certa forma uma resistência à questão da internacionalização. Geograficamente, o país está localizado na região do Mercosul e aos países da América Latina podem ser excelentes parceiros para esta troca, entre outros países.

## O contexto da Rede Federal e a caracterização do IFSP

---

Os Institutos Federais (IFs) foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, assim como a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). A RFEPCT inclui também, além dos IFs, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, todos pertencentes à rede federal de ensino e vinculados ao Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2008). São 38 Institutos Federais no Brasil e os mesmos se organizam em organogramas próprios, por meio de uma Reitoria e de Pró-Reitorias específicas.

Segundo a Lei nº 11892/2008, os IFs são equiparados às Universidades Federais em relação à regulação, avaliação e supervisão dos cursos superiores de educação. Entre os objetivos dos IFs, além de ofertar EPT, o documento prevê a realização de pesquisas aplicadas e a

difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Outras particularidades da instituição são definidas por Pacheco (2015):

A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado. A estrutura multicampi e a clara definição de território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão destas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. (Pacheco, 2015, p.12)

A proposta político-pedagógica dos Institutos Federais é organizada pela articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa indissociabilidade ganha relevância à medida que, conforme indica Pacheco (2015), identificação e solução de problemas nos contextos em que os

institutos se encontram resume o compromisso de intervenção na realidade local e regional.

Com a criação dos Institutos Federais, surgiu o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em 2009, organização responsável pela articulação das políticas das instituições federais de ensino. Fica a cargo do CONIF também promover, entre outras ações, fóruns de discussão e debates sobre as temáticas importantes para a rede. Entre estes fóruns está o Fórum dos Assessores de Relações Internacionais, o FORINTER, um fórum muito importante que busca, além de debater, propor ações e traçar um planejamento estratégico para a internacionalização nas instituições da rede federal de ensino (CONIF, 2020).

Em 2018, foi publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), o documento *Levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e resultados do GT de políticas de internacionalização*. A publicação é o resultado da Portaria nº 25 de 06 de julho de 2017, que instituiu um grupo de trabalho para a “elaboração de proposta consolidada do desenvolvimento de ações da política de internacionalização da educação profissional e tecnológica geridas pela SETEC/MEC”. (MEC, 2018), que objetivou apresentar um diagnóstico sobre a internacionalização da EPT na RFEPCT e apresentou resultados positivos quanto à um movimento contínuo das instituições em ampliar suas ações em

internacionalização. O CONIF trabalhou como colaborador neste levantamento, conforme informa o documento.

Percebe-se, nesta movimentação positiva trazida pelo levantamento das ações de internacionalização, que o desenvolvimento do FORINTER ocorreu em paralelo com a expansão da RFEPCT, e se mostra essencial à temática, ao entender a necessidade da construção de uma política de internacionalização, assim como um conjunto de ações e parcerias alinhadas aos objetivos dos IFs, além de propor diretrizes e metas para tal como estruturar solidamente as assessorias de relações internacionais, reestruturação curricular, oferta de línguas estrangeiras, entre outros (MEC, 2018). No último encontro de 2019 do FORINTER, o enfoque foi no planejamento estratégico para o biênio 2020-2021. Entre as ações, destaca-se “a proposta de formulação de uma política de internacionalização única para a rede federal, com um único direcionamento” (CONIF, 2020). Segundo Coelho (2020), o FORINTER tem conseguido, numa década de existência, promover atividades de internacionalização dos IFs dentro da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e extensão.

Oriunda da antiga Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, inaugurada em 1909, a instituição *locus* da pesquisa passou por diversas reformas educacionais e nomenclaturas no decorrer do século XX, como por exemplo, a Escola Técnica Federal, o maior período, que se estendeu de 1966 até 1998. No mesmo ano, transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

(CEFET-SP), quando passa a ministrar cursos superiores. Finalmente, com a criação dos IFs em 2008, torna-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, o IFSP. O maior Instituto Federal do país hoje conta com 37 *campi* (36 operacionalizados e 1 esperando implantação) espalhados pelo Estado de São Paulo, onde ministra cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, cursos Técnicos Modulares (modalidade concomitante ou subsequente), Cursos Superiores de Tecnologias, Licenciaturas e Bacharelados, além de cursos de pós-graduação nas modalidades Lato e Stricto Sensu.

Em relação a um panorama nacional sobre a internacionalização dos IF's, Coelho (2018), entende que a internacionalização no âmbito da EPT ainda é uma lacuna a ser explorada e, portanto, necessária. Sugere também que, através do compartilhamento de cenários e boas práticas destas instituições possa-se fomentar o processo de internacionalização. Afirma também Coelho (2018):

Diversas são as ações, as problemáticas e os desafios que permeiam o fenômeno da internacionalização, e tal processo tornou-se imprescindível, considerando o contexto atual da globalização e da educação pública no Brasil. Neste enquadramento, faz-se necessário ampliar as iniciativas e o relacionamento da Rede Federal com instituições de outros países para tal fim (Coelho, 2018, p.12).

Também centenária e originada de uma escola de Aprendizes Artífices, o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), na história da EPT, tem seu caminho muito similar ao IFSP, pois passou pela

“cefetização” nos anos 90 e a transformação em IF nos anos 2000. Segundo Bassani e Barreto (2018), devido ao aumento da demanda de cooperação internacional e aos intercâmbios advindos dos programas Ciências sem Fronteiras e inglês sem Fronteiras foi criada, em 2014, a Assessoria de Relações internacionais do IFES. Segundo as autoras, a instituição, desde 2009, adere a política de Internacionalização da RFEPCT.

Já o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), possui, desde 2004, uma assessoria de extensão e relações internacionais (ASERI). Lima (2018), ainda afirma que o ponto de mudança no IFRN foi a presença da internacionalização no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e credita esta inclusão aos resultados da participação do FORINTER e suas diretrizes.

No que se refere ao IFSP, pode-se dizer que as ações relacionadas à internacionalização da educação começaram a ser delineadas a partir da implementação dos programas Ciências sem Fronteiras e Idiomas sem Fronteiras, que desde 2012, trabalharam com a mobilidade acadêmica para a graduação e pós-graduação dentro das Universidades e Institutos Federais com diversas instituições internacionais. Sendo assim, o IFSP passou a absorver a demanda da necessidade de aplicação dos exames de proficiência TOEFL, necessários para ambos os programas.

Ainda que não houvesse, na época, uma estrutura institucional local que norteasse ações estratégicas relacionadas a esses programas, entende-se a participação nos mesmos como um marco importante para



o início do entendimento pela internacionalização da educação na instituição, que se consolidará

posteriormente com a criação da Arinter do IFSP.

## A criação e o desenvolvimento da ARINTER

---

Segundo dados institucionais, entre 2016 e 2017, o IFSP oficializou sua Arinter, com ações desde 2015, buscando fortalecer a interação entre o IFSP e as instituições de ensino no exterior. Entre as suas competências estão a articulação de acordos de cooperação com instituições internacionais incentivando pesquisadores, servidores e alunos a obter experiência acadêmica internacional e a troca de experiência com as instituições conveniadas. Essa assessoria é instituída pela Portaria n° 1.151, de 07 de abril de 2016, como um escritório internacional de acordos e convênios de cooperação internacional (IFSP, 2020).

A Arinter, órgão responsável pelos assuntos relacionados à internacionalização da educação no IFSP, é vinculada à Reitoria. Além de instituir e regulamentar as atividades da Arinter, a Portaria n° 1.151 de 07 de abril de 2016. Os objetivos da assessoria do IFSP são:

- a) propor e/ou articular contatos, intermediando o estabelecimento de Acordos de Cooperação e Convênios com instituições internacionais, incentivando seus professores, pesquisadores, servidores e alunos a obter experiência acadêmica internacional, por meio de troca de experiência com instituições conveniadas;
- b) Articular ações como: mobilidade acadêmica *inbound* (recebe alunos estrangeiros) e *outbound* (envia alunos para

outros países), cooperação técnica, ensino, pesquisa, extensão, estágio, capacitação de servidores e outras ações que promovam a internacionalização do IFSP, em parceria com as Pró-Reitorias quando for o caso;

- c) Gerenciar as atividades de Cooperação Internacional incentivando o ensino, a pesquisa, a extensão e a internacionalização e;

- d) Criar e coordenar os Centros de Línguas do IFSP como estratégia de internacionalização, propondo e gerenciando ações que promovam a aprendizagem de línguas estrangeiras (inglês, espanhol, francês, dentre outras) e português para estrangeiros, bem como outras ações afins à internacionalização.

A partir dessa portaria, pode-se compreender a concepção do IFSP quanto a acordos de cooperação, convênios internacionais, atividades de cooperação e ações dos Centros de Línguas. O IFSP apresenta uma tipologia a partir da qual as estratégias institucionais podem ser elencadas, promovidas e avaliadas. Uma das estratégias para fundamentar a criação e desenvolvimento da Arinter foi a nomeação dos representantes locais de relações internacionais. Cada um dos 36 *campi* implantados possui um representante local também instituído via portaria institucional. Como representante local, o mesmo deve disponibilizar, quando possível, no mínimo 04 (quatro) horas semanais de sua carga de trabalho para a

assessoria local e tem como objetivo promover e coordenar as ações da assessoria no campus.

A partir da nomeação dos representantes locais, a Arinter elaborou documentação e modelos como o texto dos acordos denominados Memorando de Entendimento (MOU), e criou grupos de trabalhos intentando-se construir a política de internacionalização, a política linguística, entre outros. Documentos norteadores como as Políticas de Internacionalização e Linguística foram colocadas em discussão tanto com a Reitoria quanto para a comunidade, até passar pela aprovação do Conselho Superior, que ocorreu em dezembro de 2019. Outros mais específicos, foram elaborados pelos GTs e discutidos com todos os representantes. A partir disto, pode-se considerar que a documentação, de forma geral, é uma construção coletiva.

A Política de Internacionalização teve sua publicação oficial cerca de 3 (três) anos depois da criação da Arinter, em dezembro de 2019. A Portaria nº 4.557 de 11 de dezembro de 2019 justifica sua criação e conceitualiza como o IFSP compreende a internacionalização e as atividades que ela envolve diretamente, como: as diversas mobilidades acadêmicas, as pesquisas colaborativas, a inovação tecnológica, a transferência de tecnologia, o empreendedorismo, os projetos que envolvem mais de um país, o currículo e a dupla diplomação. (IFSP, 2020).

A Portaria nº 4.557/2019 é bem explícita ao deixar claro a necessidade não só do estabelecimento de uma Política de Internacionalização, mas também que

deverá ser baseada nas diretrizes e nos objetivos “o foco e a prioridade das ações e investimentos do IFSP nesta área”. Pode-se perceber que, entre os 15 objetivos descritos ao longo da portaria supracitada, alguns destacam-se pela necessidade de ações gerenciais e pontuais da Arinter.

Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito do IFSP acaba por ser um objetivo de extrema importância e dos principais desafios para a internacionalização no IFSP em nosso entender. É conscientizar gestores e a comunidade acadêmica desta necessidade. Acreditamos que quando a comunidade enxergar a questão como uma prioridade, poderá ser considerada uma mudança na cultura organizacional. Além deste fator, a institucionalização envolve o trabalho de vários atores da comunidade acadêmica, ao entender a questão como intrínseca ao seu desenvolvimento. Parte considerável de seus objetivos dependem mais da ação da comunidade dentro de uma perspectiva pró-internacionalização (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) assim como a estrutura organizacional de ensino, pesquisa e extensão.

A política de internacionalização publicada em 2019 também traz em seu texto a visão estratégica institucional, e que tem entre suas pretensões, além de promover a inserção do IFSP no cenário internacional, promover a internacionalização para promover a inovação tecnológica. Esta pretensão também é demonstrada ao longo dos objetivos expostos. A portaria,

traz outros aspectos das estratégias também importantes como: currículo (oferecer disciplinas estrangeiras na graduação e pós graduação, tradução das ementas das disciplinas, entre outros), estrutura organizacional (criação de espaços físicos adequados e apoio logístico para mobilidade e recepção, disponibilização de orçamento e fomento, entre outros), apoio docente (capacitação e qualificação docente), mobilidade estudantil (intercâmbio, moradia, dupla-diplomação) e colaboração e parceria (acordos, submissão de projetos e propostas) (IFSP, 2020).

Outra questão importante trazida pela Portaria nº 4.557/2019, ainda que uníssona e válida para o IFSP como um todo, é que cada campus deverá desenvolver seu próprio planejamento estratégico, e incluí-lo em seu próprio PDI. A preocupação com a língua também fica evidente na política de internacionalização: ofertar língua estrangeira para brasileiros e português para estrangeiros dentro e fora dos cursos (ensino e extensão), delineadas posteriormente em sua política específica, descrita a seguir.

## **Experiências de internacionalização como cooperação: Programas e Projetos**

Segundo a Arinter (IFSP, 2020), entre os acordos de cooperação firmados ou renovados desde sua criação em 2016 (período 2016-2019), encontram-se as seguintes instituições mostradas no Quadro 1.

A partir da observação da imagem, pode-se citar uma importante relação com Portugal, suas Universidades e Institutos Politécnicos- instituições portuguesas que tem estrutura institucional de certa forma similar ao IFSP (ensino técnico e tecnológico). Entende-se também que a língua portuguesa pode ser um fator que facilite este intercâmbio. Ainda que a Europa pareça em um primeiro momento determinar a localização geográfica das instituições cooperadas, há um claro interesse descrito em seus documentos institucionais em ampliar as dimensões internacionais destes acordos e parcerias.

**Quadro 1 – Parcerias e acordos vigentes em 2019 no IFSP**

<b>País</b>	<b>Instituição parceira</b>	<b>Descrição da ação</b>	<b>Status da ação</b>
<b>Portugal</b>	Instituto Politécnico do Porto – IPP	Acordo de Cooperação – MOU	de 22/nov/2018 até 2023
<b>Portugal</b>	Instituto Politécnico de Cávado e AVE – IPCA	Acordo de Cooperação – MOU	de 02/out/2017 até 2022
<b>Portugal</b>	Instituto Politécnico de Bragança – IPB	Acordo de Cooperação – MOU	não informado
<b>Portugal</b>	Instituto Politécnico de Guarda – IPG	Acordo de Cooperação – MOU	de 24/set/2018 até 2023
<b>Espanha</b>	Universidade de Vigo – UVIGO	Acordo de Cooperação – MOU	de 21/fev/2018 até 20XX (ainda em início de acordo)
<b>Portugal</b>	Universidade do Porto – UPORTO	Acordo de Cooperação – MOU	de 06/nov/2017 até 2022
<b>Portugal</b>	Univerisidade de Lisboa - UL/FA (Faculdade de Arquitetura)	Acordo de Cooperação – MOU / início estudos – dupla diplomação	de 14/set/2017 até 2022
<b>China</b>	Fuzhou University	Acordo de Cooperação – MOU	MOU assinado – início de trabalho
<b>Canadá</b>	ILSC Education Group – Toronto	Acordo de Cooperação – MOU	de 07/dez/2018 até 2021
<b>Espanha</b>	Universidade Politécnica da Catalunia – UPC – Centro Internacional de Métodos Numéricos e Engenharia - Sala CIMNE/BRA	Acordo de Cooperação – MOU + Sala CIMNE no Campus Bragança Paulista	de 08/jun/2017 até 2022
<b>Índia</b>	VIT University	Acordo de Cooperação – MOU	de 07/mar/2014 até 2019

**Fonte:** Adaptado de IFSP, 2020.

A partir da análise dos Memorandos de Entendimento (MOU), verifica-se que maioria dos acordos assinados prevê a mobilidade acadêmica, principalmente para o ensino médio e a graduação ainda que alguns incluam mestrado e doutorado. Planos de estudo e trabalho são previstos, assim como em alguns o desenvolvimento de projetos educacionais interdisciplinares com aplicação técnica ou científica, assim como determinado pela Portaria

nº 4.557/19. A questão do intercâmbio cultural também é prevista em alguns acordos, o que adere totalmente as políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFSP. Ações de pesquisa, seminário e encontros acadêmicos são planejados.

A capacitação para docentes e servidores é um aspecto importante a ser destacado, como uma parte importante do plano estratégico do IFSP. Considera-se que programas educacionais, cursos

presenciais e à distância são importantes passos para uma instituição que pretende não só enviar pessoas na questão da mobilidade, mas também as receber alunos e professores estrangeiros.

A Arinter realiza a divulgação de suas ações de acordo com editais específicos para sua comunidade acadêmica, tanto para mobilidade docente quanto para a capacitação de servidores. Em 2018 e 2019 foram realizados editais de chamada pública para selecionar propostas de acordos de cooperação com instituições internacionais de ensino superior para mobilidade acadêmica, a capacitação de servidores e desenvolvimento de projetos de pesquisa em conjunto através de grupos de pesquisa das instituições. (IFSP, 2020).

De acordo com a política de internacionalização do IFSP, destacam-se ações a serem realizadas: manuais para mobilidade de alunos e servidores e a internacionalização do currículo. Mais a longo prazo, busca-se dentro desta política o currículo internacional (um currículo completo em língua estrangeira, de modo geral, em inglês) e a dupla diplomação.

## A política linguística do IFSP

Logo após a criação da Arinter em abril de 2016, é instituída a comissão para a estruturação dos centros de línguas que visou estruturar o que posteriormente se tornou a Portaria nº 2.567 de 13 de junho de 2016, documento que cria, institucionaliza e implementa os Centros de Línguas (CeLin) do IFSP). A justificativa é embasada em três pilares: 1. A

necessidade de inserir o IFSP no cenário internacional, fortalecendo a cooperação com instituições de ensino pesquisa e extensão; 2. A necessidade de promover a internacionalização da ciência, estimulando pesquisas e mobilidade acadêmica; 3. A necessidade de responder à demanda em proficiência linguística, em consonância com as ações de internacionalização da Arinter (IFSP, 2020).

A Portaria nº 2.567/2016 também institui o gerenciamento dos CeLin a um coordenador indicado pelo Diretor Geral de cada campus, sendo este um docente da área de línguas que tenha a disponibilidade mínima de 04 horas semanais, com flexibilidade (IFSP, 2020). O documento também institui a possibilidade dos docentes da área de língua dos campus atuarem no CeLin, assim como define as competências destes centros. A Portaria nº 2.567/2016 deixa claro que ofertar o ensino de línguas é essencial, porém é necessária uma articulação com os setores administrativos dos *campi*, assim como os recursos e materiais disponíveis para tal fim. É determinado também um prazo de 6 meses para a construção do regulamento próprio, o que ocorre com a Resolução nº 061, de 04 de julho de 2017, que aprova o regulamento do CeLin.

O regulamento do CeLin visa fixar diretrizes, procedimentos e normas que definem as competências e o próprio funcionamento do centro de línguas do IFSP (IFSP, 2020). O documento também deixa claro que as ações dos centros de línguas visam integrar os esforços para a internacionalização do IFSP. Entre os

objetivos do CeLin estão: 1) oferecer cursos de língua estrangeira para a comunidade interna e externa; 2) capacitar estudantes e servidores; 3) divulgar, organizar e aplicar testes de proficiência; 4) oferecer cursos e oficinas preparatórios para os exames de proficiência; 5) oferecer cursos de línguas para fins específicos; 6) organizar eventos culturais e acadêmicos relacionados ao ensino de línguas; 7) incentivar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao ensino-aprendizagem de línguas; 8) incentivar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados à temática das línguas estrangeiras e materna, 9) promover o uso de novas tecnologias no ensino de línguas; 10) promover cursos de capacitação docente no ensino de línguas para a comunidade interna e externa; 11) atender à demanda dos programas governamentais relacionados à área do ensino de línguas que envolvam os corpos discentes e docentes do IFSP. (IFSP, 2020).

Sobre a organização de cada CeLin, a resolução es nº 061/2017 estrutura o organograma dos mesmos, definindo a nomeação de um coordenador geral vinculado à Arinter (Reitoria), um responsável em cada campus seguidos de professores de línguas estrangeiras com habilitação em letras, docentes estrangeiros visitantes e também designa um servidor técnico-administrativo que possa realizar as matrículas e os serviços de secretaria (IFSP, 2020). Ademais, o documento define em sessões as competências dos coordenadores, os requisitos do corpo docente, o planejamento e a oferta de cursos, assim

como as condições de ingresso nos cursos (via edital), as matrículas, a organização didática dos cursos (avaliação, frequência e aprovação) e a certificação do curso. A resolução ainda saliente a necessidade do planejamento institucional em cada campus, de acordo com as disponibilidades orçamentárias. Após a regulamentação, alguns campi do IFSP implementaram seus CeLin, como por exemplo: Sertãozinho e Avaré, que oferecem cursos de línguas diversas.

A Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFSP foi publicada em 20 de dezembro de 2019, através da Portaria nº 4.722. Pode-se observar que esta portaria já possui em sua nomenclatura a interação com a pesquisa e a extensão de forma indissociável, ao entender que a necessidade do ensino da língua deve ser realizada “em consonância com a realidade social da comunidade em que os alunos se inserem”. Os objetivos estão dispostos em seu artigo 5º, e tem entre seus 15 objetivos orientar, organizar, sistematizar e estimular as ações de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras e maternas. A Portaria nº 4.722/2019 objetiva nortear as ações dos professores, ampliar o espaço formativo e estimular um diálogo com a comunidade interna e externa, ao objetivar criar canais de comunicação com o uso de idiomas variados, ao caracterizar a perspectiva extensionista presente na constituição dos IFs. Aplicar testes de proficiência também se destaca entre os objetivos (IFSP, 2020).

## Efeitos e Avaliação compreendidos a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento de planejamento e gestão desenvolvido pela comunidade do IFSP a cada cinco anos e que atualmente está na versão 2019-2023. No documento a internacionalização da educação encontra-se como um item dentro do Projeto Político Pedagógico Institucional. De acordo com o PDI (2019):

As Relações Internacionais na Educação representam condições fundamentais para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos, pois torna-se essencial conhecer experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das diferenças, a troca de conhecimentos e o estímulo à solidariedade e à cultura da paz. Destacamos que são importantes os benefícios gerados pelas trocas de experiências e intercâmbio de alunos, professores e técnicos administrativos com instituições parceiras de outros países, na medida em que o desenvolvimento de projetos de cooperação internacional permitem a inovação, a construção de conhecimento mútuo através de pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias, que se associa a uma educação de qualidade (IFSP, 2020).

A internacionalização também se faz presente no documento como conceito, como estratégia e como ação institucional. Ainda segundo o PDI (2019):

Para isso, desenvolveremos um planejamento estratégico para a internacionalização do IFSP no período deste PDI, bem como a construção conjunta

de uma política de internacionalização, uma política linguística e uma estruturação financeira-orçamentária para que essas dimensões possam se efetivar (IFSP, 2020).

Sendo assim, no corpo do texto do PDI (2019), a internacionalização também é citada no Plano de Ação Institucional. Segundo o documento, entre os desafios propostos, a internacionalização se faz presente no desafio 3, ao entender a necessidade da internacionalização para fortalecer a imagem do IFSP:

No IFSP, em seu PDI, no que se refere ao período 2019-2023, percebe-se que há descrito claramente em seu plano de ação a necessidade de fortalecer a política de indissociabilidade em todas as dimensões formativas, que o mesmo documento cita como um desafio institucional.

Como efeito, as estratégias de internacionalização se transformaram em ações como a assinatura e o desenvolvimento de acordos de cooperação internacionais celebrados entre o IFSP e as instituições estrangeiras, conforme disposto nos documentos aqui avaliados, como a política de internacionalização e a política linguística. Em relação à avaliação, no PDI (2019), a instituição sugere mensurar através de indicadores, a efetividade de suas ações institucionais. Em relação à internacionalização, deve-se utilizar a fórmula mostrada na Figura 1.

Além do monitoramento dos indicadores e metas, segundo o PDI (2019), a avaliação institucional também abrange outros instrumentos como o relatório de gestão por exemplo e pesquisas que deverão ser aplicadas à comunidade acadêmica.

## Figura 1 – Índice de internacionalização no IFSP

**Objetivo:** Medir a evolução do número de intercâmbios internacionais em que o IFSP participa como origem ou como destino.

**Algoritmo:**

$$\text{Indl} = \left( \frac{\text{intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a)}}{\text{Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a-1)}} - 1 \right) \times 100$$

**Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a)**

**Definição:** A soma dos intercâmbios em que o IFSP participou como origem ou como destino do intercambista no ano-base.

**Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a-1)**

**Definição:** A soma dos intercâmbios em que o IFSP participou como origem ou como destino do intercambista no ano anterior ao ano-base.

**Fonte:** Adaptado de IFSP, 2020.

## Considerações Finais

Pode-se considerar que, em relação aos três estágios de internacionalização citados por Midhlehurts e Woodfield (2007), entende-se, dentro da realidade do IFSP, que o primeiro estágio é o responsivo, quando por exemplo, os contatos e acordos de cooperação são realizados e assinados sem um planejamento estratégico. Um segundo estágio seria quando se começa a trabalhar as estratégias e definir as linhas de atuação. O terceiro estágio seria a internacionalização plena, o amadurecimento daquela internacionalização. Através desta análise, pode-se localizar o IFSP em um segundo estágio, pois neste momento circula no recorte temporal após a criação da Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER), em 2016, e a criação de seus documentos mais importantes: a política de

internacionalização e a política linguística do IFSP, publicados em 2019.

A Portaria nº 4.722/2019 busca complementar os objetivos ao trazer, segundo o documento, os “pressupostos teórico-metodológicos” norteadores da política que, entende a língua como uma construção social e histórica, através do aprendizado mediado pelo professor, considerando as variações linguísticas, entre outros aspectos importantes. Entende-se, a partir da publicação da política linguística do IFSP, que a instituição objetiva utilizar o aprendizado de línguas como uma ferramenta essencial e propulsora para a internacionalização.

Entende-se, portanto, que o IFSP caminha para a consolidação da internacionalização, pois a publicação da documentação de regulamentação de suas políticas está



fortalecendo sua estrutura com as ações institucionais e estratégias, em busca da internacionalização plena, perspectiva que busca atingir a um prazo maior.

Recebido em 24 de novembro de 2020  
Aprovado em 21 de maio de 2021

## Referências

---

- Almeida, M. L. P., Pereira, E. M. de A., & Santos Filho, J. C. (2020). Apresentação do Dossiê “Internacionalização na universidade ibero-americana: políticas, desenvolvimentos e desafios”. *Série-estudos – Periódico do Programa de Pós-graduação em Educação da UCDB*, 25(53), 3–10. <http://doi.org/10.20435/serie-estudos.v25i53.1432>
- Altbach, P. G., & Knight, J. (2007). The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3-4), 290–305. <http://doi.org/10.1177/1028315307303542>
- Bassani, S.M.M.S., & Barreto, V.R. (2018). A política de internacionalização da rede federal EPCT a projetos de internacionalização do currículo: um relato de experiência do Instituto Federal do Espírito Santo. In I. M. W. Coelho (Org.). *A internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: fundamentos, ações e perspectivas*. Campinas: Pontes.
- Brasil (2008). Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 15 jul.
- Coelho, I. M. W. S. (2018) *A internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: fundamentos, ações e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes.
- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF (2020). Recuperado <http://portal.conif.org.br/br/>. Acesso em 31 jul 2020.
- Fossatti, P., Miranda, J. A. A. de, & Moehleck, C. (2020). Internacionalização das IES brasileiras: uma análise crítica ante as dificuldades na gestão. Anais do XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU Desafios da Gestão Universitária no Século XXI Mar del Plata – Argentina 2, 3 e 4 de dezembro de 2015. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/30411839.pdf>. Acesso em: 03 mai 2020.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP (2020). Portal Institucional: Recuperado de <https://www.ifsp.edu.br/institucional/123-assuntos/reitoria/reitoria-botao/1085-ARINTER>. Acesso em 25 jun 2020.
- Lima, B. F (2018). O processo de internacionalização no IFRN: Diagnóstico e possibilidades para o futuro. In I. M. W. S. Coelho (Org.). *A internacionalização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: fundamentos, ações e perspectivas*. Campinas: Pontes.

- Middlehurst, R., & Woodfield, S. (2007). *Responding to the Internationalization Agenda: Implications for Institutional Strategy*. York: Higher Education Academy.
- Ministério da Educação – MEC (2018). *Levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e resultados do GT de políticas de internacionalização*. Brasília: MEC.
- Pacheco, E. (2015). *Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais*. Natal: Editora IFRN.
- Souza, C. S. S., Abba, M. J., & Streck, D. R. (2020). Internacionalização como um processo de mudança: uma entrevista com Jane Knight. *ETD – Educação Temática Digital*, 22(3), 529–537. <http://doi.org/10.20396/etd.v22i3.8659365>
- Wassem, J., Pereira, E. M. de A., & Finardi, K. R. (2020). Internacionalização na educação superior: pressupostos, significados e impactos. *ETD – Educação Temática Digital*, 22(3), 520–528. <http://doi.org/10.20396/etd.v22i3.8660914>